



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 AV. JOHN FITZGERALD KENNEDY, 520, Taubaté - SP - CEP 12030-

200

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

| SENTENÇA | |
|----------------------|---|
| Processo Digital nº: | 1012478-30.2019.8.26.0625 |
| Classe - Assunto | Mandado de Segurança Cível - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo |
| Impetrante: | _____ |
| Impetrado: | Delegado Tributário do Vale do Paraíba, Drt3 - _____ |

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Carlos Lombardi de Souza Pinto**

Vistos.

Anote-se a renúncia de fls. 128.

Trata-se de **MANDADO DE SEGURANÇA**, com pedido de liminar, impetrado por _____ contra ato do **DELEGADO TRIBUTÁRIO DO VALE DO PARAÍBA - DRT3**, visando a concessão de efeito suspensivo a recurso administrativo interposto contra ato de cassação de sua inscrição estadual, baseado em exame laboratorial que teria constatado adulteração no combustível de uma das bombas de abastecimento do Impetrante, a fim de que possa restabelecer sua inscrição estadual e consequentemente retomar suas atividades até que o referido recurso seja definitivamente julgado. Com a inicial juntou documentos (fls. 14/94).

Deferida a liminar pleiteada (fls. 95/96).

A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO foi admitida como assistente litisconsorcial (fls. 123) e a autoridade impetrada apresentou informações às fls. 116/117.

Manifestação do Ministério Público declinando intervenção no feito por não vislumbrar hipótese que justifique sua atuação fiscalizatória protetiva (fls. 121/122).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

De início, cumpre consignar que, em que pese a alegada irregularidade do procedimento administrativo por ausência de notificação do Impetrante acerca do resultado da análise das amostras de combustíveis coletadas de suas bombas de abastecimento, a qual é elidida pelos documentos de fls. 48/50, que demonstram o envio



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 AV. JOHN FITZGERALD KENNEDY, 520, Taubaté - SP - CEP 12030-

200

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1012478-30.2019.8.26.0625 - lauda 1

do resultado da análise ao endereço eletrônico do Impetrante, coincidente com aquele cadastrado junto à Receita Federal (fls. 22), fato é que o fundamento do presente “mandamus” não se dá sob o enfoque da referida irregularidade, mas, sim, sob o da ínfima diferença de etanol identificada no resultado da análise a embasar a alegada adulteração.

Pois bem.

No caso dos autos, o teste químico de qualidade realizado pela UNICAMP, tendo por objeto a análise de três amostras de combustíveis das bombas de abastecimento do estabelecimento impetrante, constatou na amostra de “Gasolina Comum _ Tipo C - Aditivada” o percentual de 1% (um por cento) acima do permitido, ou seja, 30 de AEAC, % v/v. (fls. 45).

Ainda que o artigo 1.º da Lei Estadual nº 11.929/2005 defina a comercialização de combustível em “desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente” como causa suficiente para a cassação da inscrição estadual, tal dispositivo legal deve ser entendido de acordo com a sua finalidade.

A quantidade do desvio é ínfima, não caracterizando, a princípio, fraude consistente na adulteração dolosa do combustível pelo revendedor, uma vez que tal margem não lhe traria benefício algum a justificar a adulteração. Logo, não havendo prejuízo para o Fisco, tampouco para o consumidor, ainda que haja a desconformidade, não há razão para a cassação da inscrição estadual.

Afora isso, a análise do combustível aponta ser essa a única irregularidade da amostra, não sendo detectada a presença de marcador ou outro indicativo de adulteração (fls. 45), e não há informação nos autos quanto à reincidência do impetrante, tudo a fortalecer a boa-fé do, que se presume.

A evidenciar a desproporcionalidade da medida, tem-se ainda que a alteração somente foi constatada em um dos tanques do impetrante (fls. 45 e 49), enquanto a medida de cassação da inscrição estadual (fls. 52/53) ocasiona o impedimento de comércio de todo o estabelecimento.

A jurisprudência majoritária do E. Tribunal de Justiça do Estado de São



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 AV. JOHN FITZGERALD KENNEDY, 520, Taubaté - SP - CEP 12030-

200

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1012478-30.2019.8.26.0625 - lauda 2

Paulo firmou-se no sentido de que, diante de pequenas desconformidades nas medidas dos combustíveis, o ato de cassação da inscrição estadual é medida desproporcional e desarrazoada:

“ADMINISTRATIVO. Álcool combustível com alteração nas especificações da massa específica e teor alcoólico, previstos no Regulamento Técnico ANP nº 03/2011, anexo à Resolução nº 7/2011ANP. Aplicação da penalidade de cassação de sua inscrição estadual. Parâmetros de massa específica e de teor alcoólico em desconformidade com a legislação, mas em percentual ínfimo. Afastamento da sanção, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Ação julgada improcedente. Sentença reformada. Recurso provido.” (TJSP, Apel. nº 1038085-88.2014.8.26.0053, 5ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Heloísa Martins Mimessi, j. em 10.10.2016);

“AÇÃO DECLARATÓRIA. ATO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO. ANÁLISE DE COMBUSTÍVEL. CONSTATAÇÃO DE DESCONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES NORMATIVAS. CASSAÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E LACRAÇÃO DO ESTABELECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. As sanções impostas - cassação da inscrição estadual da apelada e a lacração de todo o estabelecimento, em razão da desconformidade encontrada em apenas uma bomba mostram-se completamente desarrazoadas e desproporcionais. Procedência do pedido. Sentença mantida. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. Atribuição do ônus a parte derrotada. Aplicação do princípio da causalidade. Recurso não provido.” (TJSP; Apelação Cível 3000267-48.2013.8.26.0071; Relator (a): Camargo Pereira; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro de Bauru - 2ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 24/07/2018; Data de Registro: 26/07/2018).

Cumpre, ainda, trazer à baila a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, ao apontar descenderem da legalidade os princípios da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade:

“Encarta-se no princípio da legalidade o princípio da finalidade. Não se compreende uma lei, não se entende uma norma, sem entender qual o seu objetivo. Donde, também não se aplica uma lei corretamente se o ato de aplicação carecer de sintonia com o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 AV. JOHN FITZGERALD KENNEDY, 520, Taubaté - SP - CEP 12030-

200

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1012478-30.2019.8.26.0625 - lauda 3

escopo por ela visado. Implementar uma regra de Direito não é homenagear exteriormente sua dicção, mas dar satisfação a seus propósitos. Logo, só se cumpre a legalidade quando se atende à sua finalidade. Atividade administrativa desconstruída com o fim legal é inválida e por isso judicialmente censurável. Victor Nunes Leal, sempre seguro e oportuno, comenta: 'Se a Administração não atende ao fim legal, a que está obrigada, entende-se que abusou de seu poder (...)' [...] Inclui-se na hipótese, por conseguinte, o caso de desvio de poder, que não é senão um subprincípio decorrente do princípio da legalidade. [...] Descende também do princípio da legalidade o princípio da razoabilidade. [...] Não se poderia supor que a lei encampa, avaliza previamente, condutas insensatas, nem caberia admitir que a finalidade legal se cumpre quando a Administração adota medida discrepante do razoável. Para sufragar este entendimento ter-se-ia que atribuir estultice à própria lei na qual se haja apoiado a conduta administrativa, o que se incompatibilizaria com princípios da boa hermenêutica. [...] Procede, ainda, do princípio da legalidade o princípio da proporcionalidade do ato à situação que demandou sua expedição. Deveras, a lei outorga competências em vista de certo fim. Toda demasia, todo excesso desnecessário ao seu atendimento, configura uma superação do escopo normativo. Assim, a providência administrativa mais extensa ou mais intensa do que o requerido para atingir o interesse público insculpido na regra aplicanda é inválida, por consistir em um transbordamento da invalidez legal (Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editora, 26ª ed., p. 78/79)".

A cassação de inscrição estadual é medida demasiadamente drástica, que, de fato, infringe a proporcionalidade e razoabilidade, vez que pune o impetrante na mesma medida que sanciona empresas criminosas que burlam a lei, adulterando combustíveis para a obtenção de lucros ilícitos e a sonegação de impostos.

Frise-se que a regular inscrição estadual constitui condição essencial para a exploração de atividade econômica e que sua cassação impossibilita a atuação no mesmo ramo de comércio por cinco anos, o que não se pode admitir antes de esgotada, pelo menos, a instância administrativa.

Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, **CONCEDO A SEGURANÇA** pleiteada para atribuir efeito suspensivo ao recurso administrativo interposto pelo impetrante (fls. 66/77), com o consequente restabelecimento de sua inscrição estadual até que o referido recurso seja definitivamente julgado, convalidando a liminar outrora deferida (fls. 95/96). Por conseguinte, extingo o processo nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Oficie-se à autoridade Impetrada, comunicando-se o teor da presente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 AV. JOHN FITZGERALD KENNEDY, 520, Taubaté - SP - CEP 12030-

200

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1012478-30.2019.8.26.0625 - lauda 4

decisão.

Sem condenação em honorários, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/2009.

Decorrido o prazo para eventuais recursos voluntários, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça – Seção de Direito Público, para o reexame necessário (art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/09).

Custas *ex lege*.

P.R.I.

Taubaté, 12 de junho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1012478-30.2019.8.26.0625 - lauda 5